

**Fernanda Prates**

Advogada. Pós-Doutora em Direito pela FGV Direito Rio. Doutora em Criminologia pela Universidade de Montreal. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora da Graduação da FGV Direito Rio e professora convidada dos cursos de LL.M. em Direito do FGV Rio Law Program. Segunda Vice-Presidente da Comissão de Criminologia do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Secretária Executiva da Sociedade dos Advogados Criminais do Estado do Rio de Janeiro (SACERJ). Coordenadora do Grupo de Trabalho “Condenações Injustas” do IBCCRIM.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15170352>

Resumo: A entrevista com Fernanda Prates, professora da FGV Direito Rio e coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) “Condenações Injustas” do IBCCRIM, aborda a complexidade e os desafios relacionados às condenações injustas no sistema de justiça criminal brasileiro. Prates discute o conceito de “condenações injustas”, suas causas estruturais e a ausência de dados empíricos no Brasil. Ela apresenta duas iniciativas recentes do IBCCRIM: um GT nacional que visa mapear práticas preventivas e realizar pesquisa empírica sobre o tema, e a criação de uma seção fixa no Boletim IBCCRIM dedicada à análise de erros judiciários. A entrevista enfatiza a importância da produção de conhecimento contextualizado e da articulação interinstitucional para reduzir os riscos de condenações equivocadas.

Palavras-chave: condenações injustas; erros judiciários; justiça criminal; IBCCRIM.

Abstract: This interview with Fernanda Prates, professor at FGV Rio and coordinator of IBCCRIM’s “Wrongful Convictions” Working Group, addresses the challenges and systemic nature of wrongful convictions in Brazil’s criminal justice system. Prates defines wrongful convictions, highlights their multifactorial causes, and stresses the lack of empirical data in the country. She details two new initiatives launched by IBCCRIM in 2025: a national working group dedicated to identifying preventive practices and conducting jurisprudential research, and a bimonthly section in the IBCCRIM Bulletin focused on judicial errors. The discussion underscores the need for contextualized research and institutional collaboration to prevent the conviction of innocent individuals.

Keywords: wrongful convictions; judicial errors; criminal justice; IBCCRIM.

1. Poderia falar um pouco sobre o que se entende por “condenações injustas”?

O termo “condenações injustas” é utilizado como equivalente a wrongful convictions, ou seja, decisões que condenam — erroneamente — pessoas inocentes. Há décadas, pesquisadores de diversas áreas e diferentes países vêm levantando importantes indagações sobre os erros que levam a uma condenação injusta, mas podemos dizer que foi com o advento dos exames de DNA que o tema ganhou centralidade no debate internacional, expondo a dimensão do problema no âmbito do sistema de justiça criminal. Exemplo desse movimento foi a criação nos Estados Unidos, em 2012, do *National Registry of Exonerations*, cujo projeto já identificou mais de 3.600 casos de condenações injustas naquele país. Entre nós, o trabalho do *Innocence Project* Brasil tem sido

fundamental para dar visibilidade ao problema, além de nome e rosto às pessoas condenadas injustamente.

2. Existem fatores específicos capazes de provocar uma condenação injusta?

Diversos estudos enfatizam que as condenações injustas devem ser compreendidas como um fenômeno multicausal, sendo o reflexo de um problema estrutural. Não se deve, portanto, entendê-las como uma questão pontual, fruto de decisão individual. Ao contrário, tais condenações normalmente representam o resultado de um encadeamento de equívocos que ocorrem dentro de um

sistema extremamente frágil, dentre os quais podemos destacar o reconhecimento equivocado por parte de testemunhas, as confissões falsas, a visão em túnel, o erro pericial, a má conduta de investigadores e da acusação, assim como a defesa inadequada.

3. Temos informações sobre a amplitude das condenações injustas no Brasil?

Acredito que as condenações injustas ocorram com uma frequência preocupante no Brasil, mas infelizmente ainda não fomos capazes de produzir dados empíricos sobre o problema, sendo, portanto, impossível a realização de uma análise concreta sobre a questão. Nesse sentido, os fatores citados anteriormente, ainda que extremamente relevantes, dizem respeito a contextos diferentes do presente na realidade brasileira e precisam ser pensados a partir das especificidades da dinâmica existente em nosso país. Por isso, é tão importante a produção sistematizada de dados concretos, confiáveis e ancorados no contexto do sistema de justiça criminal brasileiro. Daí também a relevância dos novos projetos do IBCCRIM, que buscam justamente dar visibilidade ao fenômeno das condenações injustas no Brasil.

4. Poderia falar mais sobre esses projetos?

Em 2025, o IBCCRIM inicia duas importantes iniciativas para fomentar os debates sobre as condenações injustas no Brasil. Em primeiro lugar, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) nacional “Condenações injustas”, que reunirá especialistas e representantes das diversas instituições que compõem o sistema penal para,

ao longo de dois anos, debater as condenações injustas e os seus inúmeros aspectos¹. Trata-se de um GT que se busca fundamentalmente propositivo. Assim, em seu primeiro ano, o Grupo se dedicará a identificar e compilar iniciativas inovadoras que auxiliem na formulação de práticas e políticas capazes de prevenir os erros judiciários. Planejamos que, em seu segundo ano, o GT realize pesquisa empírica buscando identificar, a partir de uma análise jurisprudencial, os fatores mais frequentes que acabam levando a uma condenação injusta. Buscaremos também realizar eventos que permitam a construção de um diálogo interinstitucional sobre os erros judiciários.

Em segundo lugar, teremos a partir de 2025 uma seção bimestral no Boletim IBCCRIM dedicada exclusivamente ao tema do erro judiciário. Em suas primeiras edições, esta nova seção, intitulada “Erros judiciários”, ficará a cargo dos integrantes do Laboratório de Prevenção de Erros Judiciários (Lapej), grupo de pesquisa vinculado à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que busca aprofundar a discussão sobre o erro judiciário e a sua prevenção. A cada publicação, os autores irão apresentar e analisar casos do *Innocence Project* Brasil, buscando compreender as causas daquela condenação errônea e, principalmente, identificar ferramentas que permitam a sua prevenção.

Esperamos que as duas iniciativas trazidas pelo IBCCRIM deem uma maior visibilidade ao tema das condenações injustas no Brasil e que com isso possamos construir um debate constante e profícuo buscando a efetiva redução dos riscos de condenações errôneas de pessoas inocentes.

Como citar (ABNT Brasil)

Boletim IBCCRIM entrevista: Fernanda Prates. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 33, n. 390, p. 33-34, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15170352.

Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.phpboletim_1993/article/view/2092. Acesso em: 1 maio 2025.

Nota

¹ Integrantes do GT: Fernanda Prates; Cleifson Dias; Janaina Matida; Rafaela Garcez; Gustavo Noronha; Luiz Eduardo Cani; Fernando Braga Damasceno; Carmen Felipe; Beatriz Maranhão; Leonardo

Marcondes; Denis Sampaio; Gina Muniz; Maira Fernandes; Michele Cabrera; Priscilla Emanuelle; Rejane Alves.

Referências

ENFAM – ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS. Laboratório de Prevenção de Erros Judiciários. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br>. Acesso em: 3 abr. 2025.

INNOCENCE PROJECT BRASIL. *Innocence Project Brasil*. Disponível em:

<https://www.innocenceprojectbrasil.org>. Acesso em: 3 abr. 2025.

NATIONAL REGISTRY OF EXONERATIONS. *Our mission*. Disponível em: <https://www.law.umich.edu/special/exoneration/Pages/mission.aspx>. Acesso em: 3 abr. 2025.